

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAMEGO, REALIZADA
NO DIA 18 DE MARÇO DE 2019, NA SALA DE REUNIÕES DO MUNICÍPIO DE
LAMEGO**

PRESENCAS

O senhor Presidente da Câmara Municipal, Ângelo Manuel Mendes Moura e os senhores Vereadores Ernesto da Silva Rodrigues, António Pinto Carreira, António Manuel Guedes Gomes Alves da Silva, Fernando Silvério Cardoso de Sousa, Ana Catarina Graça da Rocha e José Correia da Silva.

AUSÊNCIAS

Não se verificou nenhuma ausência.

SECRETARIOU

Assistente Técnico da Divisão Administrativa e de Coordenação, Nelson Miguel Pinto Nogueira.

ABERTURA (COD. 02)

O senhor Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, às nove horas e trinta minutos, e deu, de imediato, início ao período antes da ordem do dia, dando a palavra aos senhores Vereadores.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Nos termos do disposto no artigo 52º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

CÂMARA MUNICIPAL (COD. 14)

O senhor **Vereador Ernesto da Silva Rodrigues** começou a sua intervenção para registar que ainda não lhe foram disponibilizados os documentos solicitados em reuniões anteriores.

O senhor **Presidente da Câmara** respondeu que os documentos solicitados irão ser disponibilizados o mais brevemente possível, de acordo, também com a disponibilidade dos Serviços.

CÂMARA MUNICIPAL (COD. 14)

O senhor **Vereador Ernesto da Silva Rodrigues** a propósito da intenção de encerramento do jardim-de-infância de Sande referiu que tal como foi a sua posição no ano transato, sobre este tema, é contra qualquer encerramento de equipamentos escolares, quanto o mesmo contribui para a crescente desertificação do território. Informou que recebeu uma carta da senhora Presidente da Junta de Freguesia de Sande onde expõe vários argumentos válidos, discriminando pormenorizadamente a qualidade dos equipamentos, meios técnicos e humanos que esta infraestrutura detém, para justificar o não encerramento do jardim-de-infância, expondo também as preocupações relativas ao transporte de crianças de tenra idade. Considera que a decisão de encerramento do jardim-de-infância deverá ter em conta a posição e os interesses das diferentes instituições envolvidas da Rede Escolar, DGESTE, Agrupamentos de Escolas, Autarquias Locais, Associações de Pais, Pais e Encarregados de Educação. Pediu, por isso, ao senhor Presidente da Câmara, informações sobre o desenvolvimento deste assunto, solicitando, também, a disponibilização de cópias da ata da última reunião do Conselho Municipal de Educação.

O senhor **Vereador António Pinto Carreira**, relativamente a este assunto, considera que as condições atuais do jardim-de-infância de Sande são idênticas ou melhores que as condições do ano transato, sendo previsível um aumento no número de crianças para frequentar o jardim-de infância. Aparentemente e objetivamente não existem razões para encerrar o referido estabelecimento, independentemente da bondade dos argumentos que possam estar na origem desta intenção do Conselho Municipal de Educação. Atualmente só há conhecimento da conclusão do parecer mas não há conhecimento dos fundamentos de suporte à mesma, solicita, por isso, ao senhor Presidente da Câmara, à semelhança do que foi feito no ano passado, que enverede esforços necessários para tentar travar mais uma medida evidente que contribui ainda mais para a desertificação do interior e das aldeias, a não ser que o senhor Presidente da Câmara seja favorável ao encerramento do jardim-de-infância de Sande.

O senhor **Vereador José Correia da Silva** referiu que concorda com as declarações anteriores dos senhores vereadores e mantém a mesma posição que teve no ano anterior, relativamente a este assunto, sugerindo ao senhor Presidente da Câmara que encete os esforços necessários para o não encerramento do jardim-de-infância de Sande.

O senhor **Vereador Fernando Silvério Cardoso de Sousa**, sobre este assunto, referiu que, tal como disse o senhor Vereador António Pinto Carreira, também considera que as condições para o jardim-de-infância de Sande se manter aberto são ainda melhores no corrente ano letivo, sendo previsível a frequência de 15 crianças, pelo que apelou ao

senhor Presidente da Câmara, que se façam os esforços possíveis junto das entidades competentes para evitar o encerramento do jardim-de-infância. Neste seguimento solicitou a disponibilização de cópias da ata da última reunião do Conselho Municipal de Educação para ter conhecimento dos argumentos apresentados para a tomada de posição daquele conselho.

No que diz respeito aos jardins-de-infância, o senhor **Presidente da Câmara** referiu que este assunto já tinha sido discutido no ano transato quando foi decidido fechar os jardins-de-infância da área geográfica da extinta Associação de Freguesias do Norte, Avões, Sande e Penajóia, mantendo-se em funcionamento o jardim-de-infância de Cambres.

Verificou-se, então, dois procedimentos distintos, no mesmo território, um para os jardins-de-infância da área geográfica da extinta Associação de Freguesias do Norte e outro para os jardins-de-infância da área geográfica da extinta Associação de Freguesias do Sudeste que continuam abertos e se revelam um ato de discriminação. Este ano, foi entendido, em reunião do Conselho Municipal de Educação, que os jardins-de-infância deveriam encerrar com exceção de Cambres. Esta decisão foi condicionada tendo em conta a distribuição de um número de alunos pelas turmas que a DGESTE define como necessários à população escolar. Por exemplo, neste ano letivo no Agrupamento de Escolas Latino Coelho existem três turmas repartidas pelos jardins-de-infância da Penajóia, Avões e Sande quando na realidade, devido ao número de crianças diminuto, apenas deveria haver 2 turmas nesta área de intervenção. A decisão de encerramento é equitativa para todas as Freguesias onde o número de crianças nos jardins-de-infância é diminuto. Aconteceu nas outras Freguesias quando os jardins-de-infância e escolas do 1.º ciclo foram encerrados aquando da construção dos 4 Centros Escolares. Todos os alunos deverão ter as mesmas possibilidades e condições dos novos Centros Escolares. Quanto ao jardim-de-infância de Sande, em concreto, apenas estão confirmadas, para o próximo ano letivo, 11 crianças, podendo haver ainda a previsão de o número subir para 13 crianças. O encerramento deste jardim-de-infância segue as mesmas regras que foram impostas aos jardins-de-infância das outras Freguesias, não havendo, por isso, um fator de excecionalidade. No ano transato foi feito um esforço para manter em funcionamento este jardim-de-infância pois a Rede Escolar não tinha proposto o encerramento dos jardins-de infância de Valdigem, Cepões e Britiande. Não podia ser admitido que, no mesmo território, 3 jardins-de-infância fossem encerrados e outros 3 com as mesmas características se mantivessem em funcionamento. Neste contexto, a decisão do Presidente da Câmara é favorável ao encerramento do jardim-de-infância de Sande, sendo que essa posição já é do conhecimento da Junta de Freguesia de Sande e dos pais das crianças, desde o ano passado. Compreende no entanto o esforço que a

senhora Presidente da Junta de Freguesia de Sande está a fazer para defender os interesses da sua população. É de seu entendimento que as crianças de Sande só beneficiam com a deslocação para um dos Centros Escolares que registem um nível de excelência de ensino. Com o encerramento deste jardim-de-infância, sabe-se que existe uma preocupação geral em relação à questão dos transportes, registando também a posição dos senhores Vereadores para que o encerramento dos jardins-de-infância seja assegurado com as melhores condições de segurança no transporte das crianças. Mais informou que a ata da última reunião do Conselho Municipal de Educação irá ser disponibilizada quando a mesma estiver aprovada.

A senhora **Vereadora Ana Catarina Graça da Rocha** sobre este assunto, acrescentou que naturalmente, na qualidade de Vereadora da Educação, acompanha esta situação, sendo que a competência de reordenamento, reajustamento da rede escolar é da DGEST. Depois de ouvido o Conselho Municipal de Educação órgão com competência para emitir parecer sobre esta matéria, em reunião realizada a 7 de março de 2019, foi deliberado, por unanimidade, o encerramento dos jardins-de-infância elencados.

Esta decisão foi tomada com base em vários elementos existentes sobre a rede escolar, como por exemplo o número de estabelecimentos escolares, número de turmas constituídas e o número de alunos. Considera que esta intenção de decisão de encerramento de jardins-de-infância visa o melhoramento da qualidade do ensino, a racionalização de recursos técnicos, humanos e financeiros e evitar situações de isolamento, permitindo que todas as crianças tenham a oportunidade de aprender nas mesmas circunstâncias.

O senhor **Vice-Presidente da Câmara** usou da palavra para referir que lhe agrada que esta situação esteja a ser discutida com calma, serenidade e atempadamente para que o próximo ano letivo seja preparado com estabilidade, tranquilidade necessária, e sem indefinições em relação ao fecho ou não dos jardins-de-infância.

CÂMARA MUNICIPAL (COD. 14)

O senhor **Vereador Fernando Silvério Cardoso de Sousa** informou que no passado dia 11 esteve presente em reunião do Conselho de Administração da Resinorte, onde foi discutido o termo de validade do aterro de Bigorne e dos projetos previstos para os vários aterros geridos por esta empresa. Por se tratar de informação complexa, trará na próxima reunião do Executivo uma informação compilada sobre este tema.

CÂMARA MUNICIPAL (COD. 14)

O senhor **Vereador Fernando Silvério Cardoso de Sousa** solicitou ao senhor Presidente da Câmara, uma vez que já vêm à reunião de Câmara os protocolos com as Associações culturais e desportivas, que sejam feitos esforços para concluir, também, o processo dos Contratos Interadministrativos a celebrar com as Juntas e Uniões de Freguesias.

Relativamente a este assunto o senhor **Presidente da Câmara** informou que apesar do atraso em relação à data, inicialmente assumida para finalização deste processo, irá tentar que o mesmo esteja concluído até ao fim do presente mês.

CÂMARA MUNICIPAL (COD. 14)

O senhor **Vereador José Correia da Silva**, tal como pediu em reuniões anteriores, solicitou novamente ao senhor Presidente a listagem de toda a publicidade direcional licenciada pelo Município até à data, e a disponibilização, no site do Município de Lamego, das atas da Comissão de Festas de Nossa Senhora dos Remédios, relativas à edição de 2018.

O senhor **Presidente da Câmara** respondeu que os documentos solicitados irão ser disponibilizados o mais brevemente possível, de acordo, também com a disponibilidade dos Serviços. As atas da Comissão de Festas de Nossa Senhora dos Remédios irão ser publicitadas com a maior brevidade.

CÂMARA MUNICIPAL (COD. 14)

O senhor **Vereador Ernesto da Silva Rodrigues** solicitou ao senhor Presidente da Câmara, cópia dos ofícios enviados ao Consórcio que construiu o pavilhão Multiusos de Lamego, bem como as respostas a esses ofícios se já as houver. Mais referiu que no dia 15 de março, leu nas notícias online, uma declaração do senhor Presidente da Câmara, relativamente ao Multiusos de Lamego, o qual referiu que iria acionar as garantias bancárias para corrigir os defeitos da obra, sendo que, a ser verdade essa notícia, considera que o senhor Presidente da Câmara tem perante a comunicação social uma atitude diferente daquela que tem dentro do Executivo Municipal, pois em reunião anterior votou contra a proposta do senhor Vereador António Pinto Carreira, para o acionamento das mesmas garantias bancárias. Considera que esta situação poderá pôr em causa a credibilidade do Presidente da Câmara Municipal.

O senhor **Vereador José Correia da Silva** registou que ainda não recebeu os documentos solicitados por email no dia 12 de março, nomeadamente: cópia de toda a correspondência trocada entre a Câmara Municipal de Lamego com as empresas Irmãos Cavaco S.A, Gabriel Couto S.A e Francisco Pereira Marinho S.A. relativa ao pavilhão

multiusos; cópia de toda a correspondência trocada entre a Câmara Municipal de Lamego com qualquer entidade bancária relativamente às garantias bancárias do pavilhão multiusos; cópia de todas as informações técnicas e jurídicas efetuadas pelos serviços municipais relativamente ao pavilhão multiusos e às respetivas garantias bancárias.

O senhor **Presidente da Câmara** relativamente a estes pedidos de documentos referiu que os mesmos virão à reunião de câmara juntamente com a proposta de deliberação para o acionamento das garantias bancárias. Mais referiu que a postura do Presidente da Câmara é sempre a mesma, dentro ou fora do Executivo, no entanto a forma como as notícias são divulgadas na Comunicação Social poderão levar a outras interpretações.

CÂMARA MUNICIPAL (COD. 14)

O senhor **Vereador José Correia da Silva** informou que ainda não lhe foram disponibilizados os documentos solicitados por email no dia 12 de março, nomeadamente: cópia autenticada das atas das reuniões de câmara onde foram aprovados os projetos de arquitetura do Parque urbano de Lamego, Requalificação do Bairro de Alvorações e do Circuito pedonal do Relógio de Sol;

O senhor **Presidente da Câmara** respondeu que os documentos solicitados irão ser disponibilizados o mais brevemente possível, de acordo, também com a disponibilidade dos Serviços.

ORDEM DO DIA

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E DE COORDENAÇÃO – CÓD. DAC | 02

• Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais – CÓD. DAC 02| GAOM 01

01-ASSUNTO: ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 11 DE MARÇO DE 2019 (COD. 03)

Presente à reunião, para deliberação, a ata da reunião ordinária da Câmara, realizada no dia 11 de março de 2019, cuja leitura foi dispensada, por unanimidade, em virtude de o texto ter sido fornecido a todos os membros da Câmara Municipal e o seu conteúdo ter sido aprovado em minuta.

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, AÇÃO SOCIAL E CULTURA – CÓD. DEASC | 04

02-ASSUNTO: MINUTA DOS PROTOCOLOS A CELEBRAR COM AS ASSOCIAÇÕES CULTURAIS (COD. 52-A)

Este assunto foi retirado da ordem de trabalhos.

03-ASSUNTO: MINUTA DOS PROTOCOLOS A CELEBRAR COM AS ASSOCIAÇÕES DESPORTIVAS (COD. 52-A)

Este assunto foi retirado da ordem de trabalhos.

04-ASSUNTO: TRANSPORTES ESCOLARES, AQUISIÇÃO DE PASSES, ANO LETIVO 2018/2019 (COD. 20)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 196/20/2019 da senhora Vereadora da Educação, Ação Social, Cultura e Desporto, propondo à Câmara Municipal, nos termos da alínea gg), do n.º 1, do artigo 33º, da Lei 75/ 2013, de 12 de setembro, no âmbito dos transportes escolares referente ao ano letivo de 2018/2019, o seguinte:

“Considerado:

- 1. Que tendo por base a informação n.º 5128/2018, de 26/07/2018 e o parecer do Chefe de Divisão DEASC da mesma data, foi por mim determinada a cabimentação da verba para o transporte escolar para o ano letivo em curso;*
- 2. Que tal informação técnica e o dito parecer deram origem à decisão se fundamentarem no disposto nos artigos 4º, 6º, 11º e 13º, do DL 299/84, de 5 de setembro e na deliberação do executivo camarário de 28 de maio de 2018, tomada por unanimidade, que aprovou a proposta de ação social escolar e transportes escolares (PASETE) para o ano lectivo 2018/2019;*
- 3. Que tal decisão foi tomada por a entidade decisora ter a profunda e fundada convicção de que o procedimento não violava qualquer norma financeira e que a mesma tinha enquadramento na dispensa de visto prévio prevista no artigo 47º, n.º 1, alínea g) da Lei de Orgânica e Processo do Tribunal de Contas;*
- 4. Que, não obstante, o Tribunal de Contas, no seu Acórdão n.º 4/2019, proferido no âmbito do processo de fiscalização prévio n.º 2746/2018, relativo ao “Acordo de Colaboração de Transporte Público Rodoviário de Passageiros” celebrado em 03/09/2018, entre o Município de Lamego e a Transdev Interior, S.A., manifesta o entendimento de que, face ao seu valor, a despesa com o transporte escolar decorrente da referida decisão deveria ter sido submetida a pedido de visto prévio;*
- 5. Que a ser correto o entendimento do Tribunal de Contas isso se reflete na legalidade da despesa.*

Proponho que, apesar da referida convicção da legalidade do procedimento adotado, se delibere o envio do procedimento de despesa ao Tribunal de Contas com vista à emissão do visto, caso se entenda legalmente exigível.”

O senhor **Vereador Ernesto da Silva Rodrigues** referiu que não percebe muito bem qual é o objetivo desta proposta, pois considera que, nos termos da lei, a competência do envio da documentação deste procedimento ao Tribunal de Contas é do Presidente da Câmara e não da Câmara Municipal. Também considera estranho que numa das respostas, que o Município de Lamego deu ao Tribunal de Contas, tenha dado a entender que existiria outro contrato em relação aos transportes escolares, apesar de se saber que existe apenas um acordo e um contrato com duas partes, uma relativa aos transportes escolares e outra relativa à compensação financeira que viu recusado o visto do Tribunal de Contas.

O senhor **Vereador António Pinto Carreira**, relativamente a este assunto disse que estão perante mais uma trapalhada. Afirmou que este processo é a prova evidente de que, por incapacidade, incompetência e até alguma leviandade, os procedimentos não têm tido uma tramitação limpa e escorreita. A proposta de deliberação destina-se a suprir uma falta. Com efeito, a senhora Vereadora, por despacho fundado numa informação técnica dos serviços, em concreto do seu Chefe de Divisão, decidiu ordenar o cabimento da verba, no montante de €. 395.380,00, o que originou a assinatura do contrato e a sua execução. Tal contrato, de acordo com o Acórdão do Tribunal de Contas estava sujeito a visto prévio, o que não ocorreu, como se infere da decisão proferida em 12 de fevereiro de 2019. Nessa decisão diz-se o seguinte: *“determina-se o prosseguimento da ação para apuramento de responsabilidades financeiras, pela falta da remessa do contrato a fiscalização prévia do Tribunal, já que o contrato no valor de €. 373.000,00 + Iva relativo aos transportes escolares para o ano letivo 2018/2019 não foi remetido a visto prévio”*. Agora coloca-se um problema, deve ou não tal contrato ser submetido a visto prévio se já está em execução? Aparentemente a resposta seria negativa, porque não se pode submeter a visto prévio algo que está já a ser executado e, provavelmente até a ser pago. No entanto, crê que do facto de só agora ser remetido ao Tribunal de Contas, a deliberação que vier a ser tomada não lhe confere qualquer legalidade, nem o recompõe das maleitas de que possa padecer. A deliberar-se pela sua remessa ao Tribunal de Contas, mais não se faz do que ordenar ao Sr. Presidente que faça agora o que já deveria ter feito. Deste modo, não impedindo a sua remessa ao Tribunal de Contas para fiscalização, não se pode entender desta decisão, que estão agora a dar o aval a ilegalidades que, eventualmente, tenham sido cometidas, quer na execução do contrato, quer nos pagamentos que, eventualmente, tenha sido feitos por causa dele.

Disse que se votasse contra, poder-se-ia admitir que estava a impedir que o Tribunal de Contas fiscalizasse, o que legalmente lhe é imposto que fiscalize, sonhando-lhe a documentação e a possibilidade de averiguar a sua conformidade ou desconformidade com a lei. Ao ter conhecimento da decisão do Tribunal de Contas não poderia impedir que o senhor Presidente execute agora o que já deveria ter feito, ação que só ao senhor Presidente pode responsabilizar.

O senhor **Vereador Fernando Silvério Cardoso de Sousa** concorda com as palavras do senhor Vereador António Pinto Carreira, acrescentando que não há nada que impeça nem irá obstaculizar o envio imperativo da informação referente à requisição dos passes escolares ao Tribunal de Contas.

O senhor **Presidente da Câmara**, sinteticamente, referiu que o custo do procedimento da contratação de serviços de transportes escolar, tem nos últimos anos, rondado em médio os 900.000,00€, dividido entre o valor dos passes escolares e o valor calculado pela compensação financeira, não havendo mais nenhum contrato. Para o ano escolar 2018/2019, no seguimento das recomendações do Tribunal de Contas constantes do Acórdão que incidiu sobre o procedimento 2017/2018, o Município de Lamego efetuou um procedimento de requisição de passes escolares e um procedimento, legalmente previsível, de atribuição de compensação financeira pela realização dos circuitos definidos pelo Município para satisfação das necessidades das populações. O que o Tribunal de Contas vem agora dizer é que o valor de compensação financeira deveria ser definido pelas regras de funcionamento do mercado e da concorrência e não pelo cálculo dos custos operacionais da Transdev.

No que diz respeito à questão da aquisição dos passes, é entendimento do Tribunal de Contas que, atendendo ao valor em causa, deveria ser também remetida a visto prévio. Como o procedimento dos transportes escolares foi aprovado neste Órgão, vem agora esta proposta de novo a este Órgão, no princípio da transparência, para deliberar e acatar a sugestão e o entendimento do Tribunal de Contas.

O senhor **Vereador Ernesto da Silva Rodrigues** lembrou que, na sua declaração de voto aquando da aprovação do acordo de colaboração de transporte público rodoviário a celebrar com a Transdev, S.A, na reunião de 03.09.2018, referiu que, não obstante existir concessão exclusiva desta área territorial a uma empresa nada impediria uma consulta de preços ao mercado do setor dos transportes.

Mais referiu que, se o Tribunal de Contas, no seu Acórdão, tem o entendimento que é necessário remeter-lhe, para processo de visto, a documentação necessária, relativa à requisição dos passes escolares, o senhor Presidente da Câmara só tem de a cumprir não sendo necessário submeter esta proposta à reunião de Câmara para esse efeito.

Em sua opinião a presente proposta deveria ser retirada da ordem de trabalhos, ou então este assunto vir à reunião do Executivo, para conhecimento, em forma de informação. Disse que irá votar contra esta proposta, não no sentido de impedir o acatamento da sugestão do Tribunal de Contas, mas sim para ficar registado que não é da sua competência deliberar sobre este assunto.

O senhor **Vereador António Pinto Carreira** acrescentou, em relação ao cálculo do valor das compensações financeiras, que o argumento do Tribunal de Contas tem sentido o fundamento, mas é desmontável pois havendo apenas uma só empresa concorrente o valor da compensação iria ser igual, mesmo que a forma de encontrar o valor fosse resultado do cálculo feito pela Empresa, ou através do cálculo feito pela entidade adjudicante, ou ainda, através de negociação entre as partes.

Concluiu, dizendo que sabe que o senhor Presidente da Câmara tem a competência de enviar a referida documentação para Tribunal de Contas, mas não irá impedir que exerça essa competência.

Deliberação: A proposta foi aprovada por maioria, nos termos propostos, com três votos a favor, do Presidente da Câmara e dos Vereadores do PS, António Manuel Guedes Gomes Alves da Silva e Ana Catarina Graça da Rocha, com dois votos contra dos Vereadores José Correia da Silva e Ernesto da Silva Rodrigues e duas abstenções dos Vereadores António Pinto Carreira e Fernando Silvério Cardoso de Sousa.

O senhor **Vereador Ernesto da Silva Rodrigues** fez a seguinte declaração de voto:

“Voto contra por entender que o envio da documentação referente à requisição dos passes escolares é da competência do senhor Presidente da Câmara, que o devia ter sido feito em setembro do ano passado e não agora. Este voto contra não pretende impedir que o Tribunal de Contas fiscalize o que bem entende e o que a lei o obriga, mas sim para registar que o senhor Presidente da Câmara tem a competência e a obrigação de submeter a visto do Tribunal de Contas, contratos, protocolos, acordos e despesas com valores superiores a 350.000€, e não o Executivo Municipal.”

O senhor **Vereador Fernando Silvério Cardoso Sousa** fez a seguinte declaração:

“Justifico a minha abstenção pelas considerações iniciais deste ponto, que aqui se dão por reproduzidos.”

O senhor **Vereador António Pinto Carreira** fez a seguinte declaração: *“Justifico a minha abstenção pelas razões e justificações atrás aduzidas, que aqui se dão por transcritas.”*

O senhor **Vereador José Correia da Silva** fez a seguinte declaração de voto: *“Tomei conhecimento, através do sítio da internet do Tribunal de Contas, do acórdão 4/2019 em que o Tribunal de Contas recusa o visto prévio ao contrato de atribuição de uma compensação financeira à Transdev, no montante de 509.998,44€ e que instaura ao*

Presidente da Câmara de Lamego uma “ação de apuramento de responsabilidades financeiras” pela não sujeição a visto do Tribunal de Contas do contrato de aquisição dos passes escolares.

Fico desagradavelmente surpreendido ao saber, pela proposta de deliberação nº 196/20/2019 que este acórdão já era do conhecimento do senhor Presidente da Câmara e dos serviços do município desde o passado dia 13 de fevereiro, sem que do mesmo fosse dado conhecimento a este executivo.

Já estamos habituados à sonegação de informação e ao desrespeito e desconsideração do executivo por parte do senhor Presidente da Câmara.

Mas esse é um gravíssimo erro seu, senhor Presidente, porque, como vê, a verdade vem sempre ao de cima e quanto mais o senhor Presidente esconde os atos que pratica, mais depressa e com mais estrondo as ilegalidades cometidas se apresentarão aos olhos dos Lamecenses.

Mais uma vez fica desmentida a tão propalada política da decência e da transparência. E com uma agravante: já não tem qualquer legitimidade para pedir apoio, nem sequer solidariedade aos membros da oposição, a quem não respeita.

Quanto à aquisição dos passes escolares, não percebo o alcance da proposta de deliberação da senhora vereadora e penso que ela própria também não percebe. Propõe que se submeta a visto prévio do Tribunal de Contas... o quê?!

O Tribunal de Contas só se pronuncia sobre atos ou contratos. Sobre o ato de esconder informação, de gerir opacamente e furtado ao legítimo escrutínio dos vereadores da oposição e dos Lamecenses, que é a especialidade do senhor Presidente da câmara, o Tribunal de Contas já se vai pronunciar no âmbito da anunciada “ação de apuramento de responsabilidades financeiras”, ou em português corrente, vai instaurar um processo com vista à aplicação de uma multa.

Mas a ilegalidade dos atos praticados não se esgota aqui, pois também está em causa a adjudicação ilegal da aquisição dos passes escolares.

Conclui-se, assim, que além da não submissão da despesa a visto do Tribunal de Contas, essa despesa é também ilegal porque não foi presente oportunamente a deliberação deste executivo e tratando-se de uma despesa para o ano letivo no montante previsto de 373.000€ está muito para além do limite legal de competência do Presidente da Câmara para autorizar despesas.

Estamos no sétimo mês desde o início do ano letivo e, portanto, estamos também no sétimo mês de usurpação de competências do executivo pelo senhor Presidente e de aquisição ilegal de passes escolares, presumo que por proposta da Senhora Vereadora e despacho do senhor Presidente da Câmara.

E apenas posso presumir porque já foram solicitados os documentos relativos a essas despesas e até à data ainda não foram fornecidos.

Vem a senhora Vereadora, dizer que está convencida de que fizeram tudo bem, mas como o Tribunal de Contas não entende assim, vem pedir a ratificação e o apoio deste executivo às decisões unilaterais e ilegais tomadas por ela própria e, presumo mais uma vez, pelo senhor Presidente da Câmara, à revelia deste executivo.

Alerto os meus caros colegas vereadores de que esta “ação de apuramento de responsabilidades financeiras” iniciada pelo Tribunal de Contas será apenas a primeira de várias. E se há uns dias eu dizia, a propósito do acordo de pagamento com as Águas do Norte, que estavam “a navegar em águas muito perigosas”, hoje posso afirmar com propriedade que entraram num autocarro desgovernado e que ou vai bater numa parede ou vai cair de uma ravina. Em todo o caso, vai acabar mal.

Quem adjudicou a despesa, que faça a remessa ao Tribunal de Contas do que quer que tenha adjudicado e que eu desconheço.

Não pactuarei nem com atitudes ilegais, nem com mais manifestações de desrespeito para com os vereadores, legitimante, eleitos com o voto dos Lamecenses.

Voto contra esta proposta, pelos motivos expostos e por não ser objetiva, por ser politicamente desrespeitosa para este executivo e por ser técnica e juridicamente insustentável.”

O senhor **Presidente da Câmara** declarou o seguinte: “Nos termos do artigo 13º do Regimento da Câmara Municipal de Lamego apresento um voto de protesto tendo em conta as afirmações e insinuações do senhor Vereador José Correia da Silva sobre a suspeição do não cumprimento dos princípios de transparência e decência nos procedimentos, que repudio veemente.”

DIVISÃO DE AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS – CÓD. DASU | 05

05-ASSUNTO: MINUTA DO PROTOCOLO A CELEBRAR COM A ASSOCIAÇÃO PORTAS P'RA VIDA (COD. 52-A)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 190/52-A/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, propondo à Câmara Municipal a aprovação da minuta do protocolo a celebrar com a Associação de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente do Agrupamento de Concelhos do Vale Douro Sul – Portas P'rá Vida e que o valor da participação a atribuir deverá ser disponibilizado, em 11 tranches mensais, que tem como objetivo dar à Pessoa com Deficiência oportunidades latentes de integração social, designadamente no âmbito do trabalho.

Deliberação: Retirado da ordem de trabalhos.

06-ASSUNTO: INTEGRAÇÃO DE CONSUMOS DE ÁGUA NO TARIFÁRIO ESPECIAL SOCIAL (COD 01)

REQUERENTE: ANTÓNIO CARLOS FERREIRA RODRIGUES

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 191/01/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, referindo que o senhor António Carlos Ferreira Rodrigues solicitou, ao abrigo do n.º 1, alínea a), subalínea i), do artigo 110º do Regulamento de Águas do Município de Lamego, a integração dos seus consumos de água no tarifário social previsto no Capítulo XI, artigo 1º/1.1.2.3, da Tabela Geral das Taxas e Licenças do Município de Lamego.

Mais refere que consta no relatório elaborado pelos serviços de Ação Social que a requerente reúne os requisitos que lhe permitem usufruir do referido tarifário, pelo que propõe à Câmara Municipal que delibere a integração dos consumos de água de António Carlos Ferreira Rodrigues, cliente n.º 16299, naquele tarifário.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

DIVISÃO DE OBRAS E URBANISMO - CÓD. DOU |05

Obras Particulares e Loteamentos – CÓD. DOU 06 | OPL 01

07-ASSUNTO: CERTIDÃO DE COMPROPRIEDADE – PROC. 73/19 (COD 42)

REQUERENTE: ILDA MARIA DE CARVALHO PEREIRA

LOCAL: LUGAR DO PORTO DE AVODELA – CEPÕES

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 192/42/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara propondo, de acordo com a informação n.º 494, de 28/02/2019 e com o parecer do chefe da DOU, de 12/03/2019 que a Câmara Municipal delibere a emissão de parecer favorável à constituição de compropriedade, nos termos e condicionamentos expressos.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

08-ASSUNTO: CERTIDÃO DE REALIDADE MATERIAL AUTÓNOMA – PROC. 412/18 (COD 42)

REQUERENTE: MARIA JOSÉ SILVA

LOCAL DA OBRA: LUGAR DA CALÇADA – CAMBRES

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 193/42/2019, do senhor Vice-Presidente da Câmara, propondo à Câmara Municipal, de acordo com a informação n.º 1819/DOU, datada de 23/08/2018 e do parecer do Chefe da DOU, de 05/12/2018, que

delibere submeter a audiência prévia da interessada, nos termos do artigo 122º do CPA, o projecto de decisão de indeferimento do pedido de emissão de certidão de realidades materiais autónomas.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

09-ASSUNTO: CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO/LEGALIZAÇÃO – PROC. 501/10 (**COD 42**)

REQUERENTE: MANUEL DA SILVA FERREIRA

LOCAL DA OBRA: LUGAR DAS AMOREIRAS – LAMEGO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 194/42/2019, do senhor Vice-Presidente da Câmara, propondo à Câmara Municipal, de acordo com a informação n.º 253/DOU, datada de 30/01/2019 e do parecer do Chefe da DOU, de 06/02/2019, que delibere o indeferimento do pedido suspensão do prazo do alvará de licença, devendo promover-se audiência prévia, nos termos do artigo 122º do CPA, e que se notifique o requerente a apresentar, no prazo de 15 dias, a calendarização dos trabalhos em falta e o original do alvará de licença de construção.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

10-ASSUNTO: PASSAGEM DE CABO DE FIBRA ÓTICA – INDEFERIMENTO DA RECLAMAÇÃO – LAMEGO – PROC. 382/17 (**COD 42**)

REQUERENTE: NOS, S.A.

LOCAL DA OBRA: RUA NOVA – LAMEGO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 195/42/2019, do senhor Vice-Presidente da Câmara, propondo à Câmara Municipal, de acordo com a informação n.º 1739/DOU, datada de 09/08/2018 e do parecer do Chefe da DOU, de 09/08/2018, que delibere o indeferimento da reclamação graciosa apresentada pela requerente, mantendo o ato de liquidação da taxa anual a pagar pela ocupação do espaço público e a apresentar garantia bancária, no valor de 1.228,50€.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

• Obras Municipais – CÓD. DOU 06 | OM 02

11-ASSUNTO: EMPREITADA DE “CORREÇÃO DE DEFEITOS NAS PISCINAS MUNICIPAIS COBERTAS – 1.ª FASE” (**COD 41**)

Na sequência do despacho proferido pelo senhor Presidente da Câmara, datado de 14 de março de 2019, no relatório final elaborado pelo júri do procedimento concursal

referenciado em epígrafe, foi presente à reunião o respetivo processo administrativo, cuja documentação se considera transcrita nesta ata e dela fica a fazer parte integrante, nos termos e para efeitos de cumprimento do disposto no n.º 4 do artigo 148.º do Código dos Contratos Públicos (CCP).

Do ponto de vista do enquadramento orçamental e financeiro, ressalva-se o facto de que o presente processo tem disponibilidade financeira com contrapartida no acionamento das garantias bancárias n.º 15208 do Banco Bankinter, S.A., no valor de 123.373.46€, e n.º D000015569 do Banco Santander Totta, S.A., no valor de 123.373,45€, num total de 246.746,91€.

O senhor **Vereador Ernesto da Silva Rodrigues** referiu que após as últimas alterações efetuadas o relatório do júri está em condições de ser aprovado, evitando mais atrasos na resolução dos problemas das piscinas cobertas.

O senhor **Vereador António Pinto Carreira**, infelizmente, considera que este processo é mais uma trapalhada revelando-se algum facilitismo na condução deste processo. Os problemas quando surgem têm de ser resolvidos independentemente da convicção política e ideológica de cada um, e não é legítimo que por causa problemas desta natureza, os lamecenses continuem privados de utilizar as piscinas cobertas durante mais tempo. No entanto, considera que este assunto, nos termos regimentais, deveria ser retirado da ordem de trabalhos, dado que, observando os documentos deste assunto, não se vislumbra qualquer proposta formal e objetiva.

O senhor **Presidente da Câmara**, sobre este assunto, considera que o objetivo desta proposta, neste contexto, é submeter à votação o relatório final do júri e consequentemente, em caso de aprovação, a adjudicação da empreitada referida à firma CONSIPEL, Lda., estando, por isso, reunidas as condições para que o Executivo Municipal possa deliberar sobre este assunto. A previsão de reabertura das piscinas continua a ser o mês de setembro deste ano, não havendo qualquer intenção de atrasar mais este processo.

O senhor **Vice-Presidente da Câmara** referiu que tendo sido apresentada em reunião anterior, uma proposta que foi recusada, não pode a mesma ser novamente submetida à votação. E tendo em consideração o disposto no artigo 148º do CCP onde refere que “*o júri submete o relatório final à aprovação do órgão competente*”, o que está sendo proposto agora é a votação do presente relatório e das propostas nele incluídas.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com três votos contra, do Presidente da Câmara, dos Vereadores do PS, António Manuel Guedes Gomes Alves da Silva e Ana Catarina Graça da Rocha, com quatro votos a favor dos senhores Vereadores da Coligação “Todos Juntos por Lamego” José Correia da Silva e António

Pinto Carreira e dos senhores Vereadores do PSD, Ernesto da Silva Rodrigues e Fernando Silvério Cardoso de Sousa, aprovar as propostas contidas no relatório final do júri do procedimento e adjudicar a empreitada acima identificada, à firma CONSIPEL – Construções Simões Pereira, Lda., pelo preço de 200.000,01€, acrescido de IVA à taxa em vigor, pelo prazo de execução de 180 dias, nos termos do n.º 4 do artigo 148.º do CCP.

O senhor **Vereador Ernesto da Silva Rodrigues** declarou o seguinte: *“Voto favoravelmente esta proposta, pois concordo com as conclusões do relatório do júri que contribui para que os alegados defeitos das piscinas cobertas sejam reparados o mais rapidamente possível e para que este equipamento esteja disponível aos Lamecenses o mais breve possível evitando que se recorra a Municípios vizinhos com os custos inerentes associados.”*

A senhora **Vereadora Ana Catarina Graça da Rocha** declarou o seguinte: *“Voto contra, pois no seguimento da mesma linha do que disse na reunião passada sobre este assunto considero que continuam a existir dúvidas jurídicas sobre este processo.”*

O senhor **Vice-Presidente da Câmara** fez a seguinte declaração: *“Voto contra, pois de forma coerente não concordo com as conclusões da proposta do relatório final do júri, pois as mesmas não defendem os interesses do Município. No entanto, com esta aprovação e adjudicação, o empenho e a vontade em que a obra das piscinas seja executada o mais rapidamente possível irá manter-se, preservando-se também uma relação pacífica com o empreiteiro adjudicado no espírito do cumprimento rigoroso a empreitada.”*

O senhor **Presidente da Câmara** declarou: *“Voto contra reproduzindo as declarações aduzidas na ata da reunião de 11.03.2019, sobre este assunto, que aqui considero transcritas.”*

12-ASSUNTO: MINUTA (COD 03)

Proposta do senhor Presidente da Câmara Municipal, para aprovação em minuta dos assuntos deliberados na presente reunião.

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

13-ASSUNTO: TERMO (COD 60)

O senhor Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião, às onze horas e cinquenta minutos, da qual foi lavrada esta ata, que vai ser assinada por si e pelo Assistente Técnico, Nelson Miguel Pinto Nogueira.

Presidente
Secretário

O Presidente,

O Secretário